

A ESTIMULAÇÃO DA LEITURA EM ALUNOS COM DIVERSIDADE FUNCIONAL NO CONTEXTO DA BIBLIOTECA ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO

THE STIMULATION OF READING IN STUDENTS WITH
FUNCTIONAL DIVERSITY IN THE CONTEXT OF A SCHOOL
LIBRARY: A CASE STUDY **EN**

LA ESTIMULACIÓN DE LA LECTURA EN ALUMNOS CON DIVERSIDAD
FUNCIONAL EN EL CONTEXTO DE LA BIBLIOTECA ESCOLAR: UN
ESTUDIO DE CASO **ES**

ANTÓNIO OLIVEIRA

Doutorando em Inovação na Formação do Professorado, Assessoria, Análise da Prática Educativa e TIC em Educação, na Faculdade de Educação da Universidade de Extremadura (Espanha). Professor de Educação Especial do Quadro do Agrupamento de Escolas José Sanches e São Vicente da Beira.

✉ aoliveira588@gmail.com



Oliveira, A. (2022). A estimulação da leitura em alunos com diversidade funcional no contexto da biblioteca escolar: um estudo de caso. *Egitania Scientia*, 30 (jan/jun), pp.29-43.

Submitted: 13th February 2021

Accepted: 14th March 2022

RESUMO

A leitura é um dos requisitos fundamentais para o sucesso educativo e a inclusão de qualquer indivíduo na sua sociedade de referência. O conceito de biblioteca escolar inclusiva veio reforçar a necessidade de estabelecer as condições de acesso à informação de alunos com diversidade funcional. Esta investigação teve como objetivo principal compreender a forma como a biblioteca de uma escola do concelho do Fundão, objeto do nosso estudo, desenvolve atividades que contribuem para a estimulação de competências de leitura nestes alunos. No estudo empírico, adotamos uma metodologia qualitativa, com características de estudo de caso, do tipo exploratório, no qual utilizamos como métodos de recolha de dados: a entrevista semiestruturada, a observação direta e a análise documental. Os resultados obtidos na investigação empírica permitem-nos concluir que a biblioteca escolar analisada, não desenvolve especificamente a estimulação de competências de leitura em alunos com diversidade funcional, no contexto da frequência deste espaço educativo, apesar dos bons recursos humanos e materiais de que dispõe. Por outro lado, não existem níveis formais de colaboração entre o coordenador da biblioteca escolar e os professores de Educação Especial, no sentido de serem desenvolvidas atividades específicas de leitura para estes alunos. Consideramos que o nosso estudo pode ser um contributo útil, no sentido de suscitar uma reflexão na comunidade educativa sobre a importância das bibliotecas escolares no processo de inclusão educativa e social dos alunos com dificuldades persistentes na aquisição da leitura.

Palavras-chave: *leitura, alunos com diversidade funcional, biblioteca escolar inclusiva, professor-bibliotecário.*

ABSTRACT

Reading is one of the fundamental requirements for the educational success and inclusion of any individual in their society. The concept of an inclusive school library reinforces the need to establish conditions of access to information for students with functional diversity. The main objective of this investigation is to understand how a school library in the municipality of Fundão, the object of our study, develops activities that contribute to the stimulation of reading skills in these students. In the empirical study, we adopted a qualitative methodology, with characteristics of a case study of the exploratory type, in which we used the following data collection methods: the semi-structured interview, direct observation and document analysis. The results obtained in the empirical investigation allow us to conclude that the school library analyzed does not specifically develop the stimulation of reading skills in students with functional diversity with how often this educational space is used, despite the good human and material resources available. On the other hand, there are no formal levels of collaboration between the school library coordinator and Special Education teachers in developing specific reading activities for these students. We believe that our study can be a useful contribution to raising awareness in the educational community of the importance of school libraries in the process of educational and social inclusion of students who have persistent difficulties in reading acquisition.

Keywords: *reading, students with functional diversity, inclusive school library, teacher-librarian.*

RESUMEN

La lectura es uno de los requisitos fundamentales para el éxito educativo y la inclusión de cualquier individuo en su sociedad de referencia. El concepto de biblioteca escolar inclusiva reforzó la necesidad de establecer las condiciones de acceso a la información para alumnos con diversidad funcional. Esta investigación tiene como objetivo entender cómo la biblioteca de una escuela en el municipio de Fundão, objeto de nuestro estudio, desarrolla actividades que contribuyen a la estimulación de las habilidades de lectura en estos alumnos. En el estudio empírico, optamos por una metodología cualitativa, con características de un caso de estudio, tipo exploratorio, en el que utilizamos como métodos de recopilación de datos: entrevista semiestructurada, observación directa y análisis documental. Los resultados obtenidos en la investigación empírica nos permiten concluir que la biblioteca escolar analizada no desarrolla específicamente la estimulación de las habilidades de lectura en alumnos con diversidad funcional, en el contexto de la frecuencia de este espacio educativo, a pesar de los buenos recursos humanos y materiales de que dispone. Por otro lado, no existen niveles formales de colaboración entre el coordinador de la biblioteca escolar y los profesores de educación especial, con el fin de desarrollar actividades específicas de lectura para estos alumnos. Creemos que nuestro estudio puede ser una contribución útil, en el sentido de plantear una reflexión en la comunidad educativa sobre la importancia de las bibliotecas escolares en el proceso de inclusión educativa y social de los alumnos con dificultades persistentes en la adquisición de la lectura.

Palabras clave: *lectura, alumnos con diversidad funcional, biblioteca escolar inclusiva, maestro bibliotecario.*

INTRODUÇÃO

A sociedade exige cada vez mais que a escola desenvolva competências nos alunos, no sentido destes mesmos serem agentes transformadores da realidade envolvente. A prestação de um ensino de qualidade tem sido uma preocupação de todos os intervenientes no processo educativo, que não pode, nem deve, ser separada de um princípio assente na igualdade de oportunidades para todos.

A educação de crianças com diversidade funcional (Necessidades de Saúde Especiais, segundo a atual legislação) nas turmas regulares veio provocar mudanças profundas no sistema educativo, como consequência das alterações legislativas, organizativas e consequentes mudanças das práticas educativas. O conceito de escola inclusiva baseia-se numa premissa: a de uma educação para todos, que promova o respeito pelas diferenças e percursos individuais, devendo toda a comunidade escolar estar empenhada no processo de ensino e aprendizagem de todos os alunos. Uma abordagem inclusiva requer uma filosofia organizacional que vise o desenvolvimento de metodologias/estratégias diferenciadas, trabalho cooperativo/colaborativo entre professores, técnicos e famílias, medidas educativas adequadas e ajustadas aos alunos, recursos humanos e tecnológicos que lhes permitam melhorar o seu potencial humano. A questão da diversidade funcional e da Educação Especial é crucial do ponto de vista da equidade educativa e da coesão social. A elaboração de uma resposta coerente, integrada e sistemática a esta problemática, exige que se conheçam as diferentes problemáticas educacionais (Correia, 2008).

Atualmente, a informação percorre os mais recônditos cantos do planeta a uma velocidade outrora impensável e os meios tecnológicos são progressivamente mais diversificados e eficazes. Perante este facto, a escola, sendo a instituição melhor capacitada para o papel de educar/formar os indivíduos que compõem a sociedade em que vivemos, deve conseguir acompanhar esse desenvolvimento acelerado do conhecimento e motivar todos os alunos, com ou sem necessidade de adaptações no processo de acesso ao currículo, durante toda a sua escolarização.

Em nosso entender, o estudo que realizamos justifica-se pelas seguintes razões: a atualidade da temática; a pertinência da investigação face aos estudos existentes no domínio da Educação Especial em Portugal e ao facto da investigação se relacionar com a prática profissional, conectando os seus resultados com recomendações para a ação no terreno educativo. Partindo da observação da biblioteca da escola-sede de um agrupamento escolar localizado na cidade do Fundão, propusemo-nos refletir sobre o que consideramos ser uma das vertentes primordiais da biblioteca escolar, ou seja, a promoção da leitura nos alunos em geral e, mais concretamente, no âmbito específico deste estudo, nos alunos que beneficiam de medidas e apoios no âmbito da Educação Inclusiva.

1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1.1 LEITURA, PROFESSOR-BIBLIOTECÁRIO E BIBLIOTECAS ESCOLARES

O aluno quando comunica através da linguagem verbal, desenvolve situações de diálogo, revela as suas vivências, confronta as suas opiniões, aperfeiçoa o ato de falar, ler e escrever. Como salienta Sequeira (2000), a importância do contacto com o livro torna-se fundamental para a criança, já que através da leitura apreende um novo sentido do mundo e do valor da comunicação. Para além do aspeto formativo, a leitura permite ao aluno descobrir-se a si próprio, aos outros e às coisas que o rodeiam. Ao apelar para os valores e normas sociais, a leitura desempenha um papel importante na transmissão dos princípios da tolerância, do respeito pela diferença e da participação construtiva e responsável na sociedade.

Por outro lado, segundo Amor (1993), a componente do imaginário na leitura contribui para

a resolução de inquietações de cariz psicológico e social no indivíduo, bem como para o seu crescimento e maturidade afetiva, possibilitando uma integração equilibrada na sua comunidade. Neste contexto, as bibliotecas escolares são um dos recursos educativos, onde professores, alunos e outros técnicos de educação, poderão obter informações com o propósito de desenvolver competências cognitivas ou de simples lazer. A importância que a leitura assume no desenvolvimento global dos alunos, enquanto membros ativos e participantes na construção do currículo escolar, levou o Ministério da Educação a implementar políticas educativas que vão ao encontro da necessidade de melhorar os níveis de literacia da população escolar, quer através do Plano Nacional de Leitura, quer na formação dos professores com o Plano Nacional do Ensino do Português.

Patte (2001) apresenta alguns dos problemas que as bibliotecas escolares terão de ultrapassar no futuro, se quiserem contribuir para uma verdadeira inclusão de todos os alunos, concretamente: a comunicação com os seus utilizadores deixou de ser humanizada, relegando essa função para a tecnologia; o crescimento bloqueado por rotinas instaladas, regras rígidas, técnicas de arquivo e receitas preconcebidas; a falta de projetos de desenvolvimento a longo prazo; o funcionamento por imitação, contrariando a necessidade de diferenciação; a dotação de instalações funcionais e recursos bibliográficos bem arrumados, sem existir preocupação com a relevância cultural das suas iniciativas realizadas junto da comunidade escolar e social; a sua obsessão para com as estatísticas de frequência e empréstimo de livros, ignorando a leitura ou as tarefas de pesquisa realizadas pelos seus utilizadores.

Perante este cenário, o professor-bibliotecário é o eixo central na transformação da biblioteca escolar, já que pode ser o orientador por excelência no processo de formação pessoal e social do aluno com diversidade funcional, na promoção do prazer de ler, mas também de escrever; tornando a biblioteca num dos eixos centrais do processo de inclusão educacional. As bibliotecas escolares, considerando o contributo dos seus fundos documentais, do equipamento audiovisual e informático ao dispor do professor no espaço escolar, podem servir de elemento de ligação entre os alunos e a aprendizagem. Partindo dessa premissa, César (2003) considera que numa escola de todos e para todos, as ações de cada um dos seus elementos influenciam os desempenhos dos restantes membros da comunidade educativa (alunos, professores, pais, funcionários), já que estes não devem atuar de forma isolada. Os participantes no processo da educação inclusiva devem atender à coerência pedagógica da atividade didática, manifestada no significado intersubjetivo atribuído aos discursos, às expectativas dos atores educativos e às dinâmicas que se desenvolvem num ambiente de verdadeira partilha. Pires (2017) afirma que a criação de bibliotecas escolares inclusivas implica uma relação de cooperação contínua entre todos os elementos da comunidade educativa, para que os recursos disponíveis sejam colocados ao serviço da aprendizagem de todos, promovendo, através de políticas internas e de estratégias flexíveis e inclusivas, a participação e o sucesso educativo, assente na equidade de oportunidades.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 DESIGN DO ESTUDO

A metodologia escolhida teve em conta a natureza da problemática estudada e os objetivos do estudo. O método qualitativo permite a descrição aprofundada e a compreensão da forma como os sujeitos desenvolvem ações, experiências e comunicam com o mundo

que os rodeia, dando ao investigador a possibilidade de integrar os cenários onde os fenômenos ocorrem, delimitando, deste modo, as categorias de análise que identifica no trabalho de campo e os respectivos significados (Moreira, 2007).

Segundo a classificação das modalidades de investigação propostas por MacMillan e Shumacher (2005), referidos por Almeida (2008) e considerando os aspetos enunciados, é da nossa opinião que esta investigação educativa se insere no âmbito dos métodos qualitativos interativos, e concretamente, no estudo de caso. Concordamos com Sousa (2009), quando define o estudo de caso como um processo compreensivo singular, real, específico e contextualizado, de um comportamento, de uma instituição, de um acontecimento social ou de grupo de indivíduos no seu meio natural. Em relação ao estudo de caso como metodologia de investigação, Freixo (2009) refere que este procedimento tem uma natureza empírica, com características fortemente descritivas e tem por base a atividade do investigador na realidade que pretende estudar, recorrendo a múltiplas fontes de informação, tais como: a entrevista, a análise de documentos e a observação.

2.2 OBJETIVOS E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Após a clarificação da metodologia utilizada no nosso estudo, definimos a seguinte questão de investigação:

“De que forma as atividades da biblioteca escolar em estudo contribuem para a promoção da leitura em crianças com diversidade funcional?”

Assim, elegemos os seguintes objetivos de investigação:

- Aprofundar conhecimentos sobre os valores da escola inclusiva e a sua relação com a intervenção da Educação Especial;
- Conhecer os princípios orientadores para a constituição de bibliotecas escolares inclusivas no contexto educativo atual;
- Analisar as respostas educativas programadas pela biblioteca escolar, no sentido de fomentar competências de leitura nos alunos com diversidade funcional;
- Contribuir para uma reflexão sobre a importância das bibliotecas escolares no processo de inclusão educativa e social dos alunos com dificuldades persistentes na aquisição da leitura.

2.3 INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

A credibilidade do estudo exige que o investigador determine e justifique as origens dos dados de investigação, de modo a evidenciar quais foram as interferências, as previsões e os resultados inscritos na conclusão. Segundo De Ketele e Roegiers (1999), a escolha e utilização dos instrumentos de recolha de dados permitem ao investigador compreender, descrever, explorar e avaliar a qualidade da informação obtida através das mais variadas fontes ou contextos. Os instrumentos de pesquisa utilizados no estudo que desenvolvemos tiveram como objetivo obter um conhecimento aprofundado a respeito das atividades realizadas pela biblioteca escolar objeto do nosso estudo de caso, de forma a descrever, interpretar e compreender a contribuição desta na estimulação de competências de leitura em alunos com diversidade funcional. Optamos por utilizar os instrumentos que nos parecem ser os mais adequados às características do estudo: a entrevista semiestruturada, a observação direta não participante e a análise documental, passando a destacar os conceitos teóricos que lhes são inerentes.

Para Denzin (1970), enunciado por Almeida (2008), a entrevista semiestruturada tem por referência um conjunto de questões ordenadas e iguais, quando se trata de entrevistar um conjunto de sujeitos sobre uma temática comum, mas que possibilita respostas livres ou

abertas e comparáveis entre si. As diferenças verificadas entre as respostas fornecidas devem ser o resultado real da opinião formulada pelos participantes e não uma consequência do instrumento de investigação utilizado. Na entrevista semiestruturada, tal como referem Ribeiro e Leite (2003, p.263), “o entrevistador intervém sobretudo para recentrar ou estimular o discurso do entrevistado ou para introduzir novas temáticas, previamente definidas”. Segundo Selltitz (1965), referido por Sousa (2009), a escolha deste instrumento de investigação tem por objetivo geral obter do sujeito entrevistado informações relacionadas com o esclarecimento sobre determinados dados e a opinião que possui sobre o assunto em estudo. Deste modo, procedemos à aplicação de entrevistas semiestruturadas ao coordenador da biblioteca escolar, ao coordenador do Sub-Departamento de Educação Especial e aos alunos com diversidade funcional, que desenvolvem currículos de cariz funcional na escola.

Por outro lado, recorremos a uma observação estruturada, com base em instrumentos previamente elaborados, nomeadamente, uma grelha de observação para o registo de dados decorrente da interação dos alunos e dos professores no espaço da biblioteca, incluindo o registo fotográfico do seu interior e das estruturas físicas exteriores que permitem a sua acessibilidade. Para De Ketele e Rogiers (1999), a observação em termos metodológicos é definida como um processo pelo qual o observador recolhe informação previamente selecionada, com o intuito de a transmitir a si mesmo ou a outros, através de um sistema de codificação pré-estabelecido. Freixo (2008, p.194) define a observação como a “constatação de um facto, quer se trate de uma verificação espontânea ou ocasional, quer se trate de uma verificação metódica planeada”. Sobre o aspeto da observação, enquanto atividade executada pelo investigador, Hegenberg (1976) afirma que quem observa utiliza uma forma orientada de comportamento, que frequentemente, vai além dos objetivos que pretende alcançar. Laperrière (2003) entende que a observação permite descrever de forma exhaustiva e objetiva uma determinada situação, lugar ou indivíduos. O investigador familiariza-se com o contexto em estudo, apenas para não tornar a sua presença num fator perturbador ou influenciador das ações desenroladas, utilizando a distanciação como forma de apreensão do real. É neste sentido que a técnica de observação deve ser utilizada em conjunto com outros instrumentos de recolha de informação, favorecendo o processo de triangulação dos dados, a fiabilidade e validade da investigação. Sousa (2009) entende a observação como uma tentativa do investigador em fazer parte da vida quotidiana do grupo educacional que investiga. Por outro lado, a observação pode assumir um carácter natural quando o investigador pertence ao grupo estudado, como é o caso dos docentes que realizam projetos de investigação nas escolas onde trabalham; sendo considerada artificial, quando o observador se integra num determinado grupo com o simples intuito de recolher dados pertinentes para o seu estudo. A técnica de observação direta permite, na opinião de Sousa (2009, p.110) “compreender as motivações dos sujeitos observados; aceder rapidamente a dados sobre as vivências que ocorrem em contexto real; observar situações que, normalmente, não são verificáveis perante elementos estranhos ao grupo objeto do estudo”.

Por fim, procedemos à recolha de dados disponíveis através da pesquisa e análise documental, de forma a obter informação complementar, que consideramos importante para a compreensão da problemática estudada, incluindo: o Projeto Educativo da Escola, o Plano Anual de Atividades da Biblioteca Escolar, o Catálogo do Fundo Documental e Plano de Ação da Biblioteca Escolar. Como refere Bell (2008), referindo-se a Johnson (1984), no caso do estudo dos fenómenos educativos, a análise de documentos em diferentes suportes pode ser considerada uma estratégia investigativa muito valiosa.

2.4 ANÁLISE DOS DADOS

Para Goetz e Lecompte (1988), a análise dos dados obtidos no trabalho de campo é um processo iterativo, já que pressupõe que o investigador sabe compará-los, estabelecer semelhanças e construir hierarquias entre estes, para poder classificar e ordenar as categorias emergentes. Quivy e Campenhoudt (2008) referem que a análise da informação tem uma dupla função, ou seja, por um lado, fazer a verificação empírica do estudo; por outro, proporcionar condições ao investigador para que este possa, nas conclusões,

identificar aspetos a aperfeiçoar no modelo de análise que seguiu, colocar questões de reflexão sobre os resultados encontrados ou sugerir novas linhas de investigação sobre a problemática em estudo. A utilização da técnica de análise de conteúdo no âmbito da pesquisa qualitativa, aplicada ao estudo de caso, permitiu-nos descrever o que nos foi dito pelos entrevistados, descobrir variações e associações nas suas declarações e interpretar o sentido das mesmas. Segundo Bardin (2010), a análise de conteúdo nas pesquisas orientadas por pressupostos metodológicos qualitativos, apresenta procedimentos mais intuitivos, maleáveis e adaptáveis.

2.5 PARTICIPANTES NO ESTUDO

Para a realização deste estudo de caso, consideramos, como referência metodológica, a escolha de uma amostra por seleção racional, do tipo não probabilístico, atendendo aos critérios subjacentes às características dos participantes e a sua adequação aos objetivos do estudo (Freixo, 2009). A escolha dos nove alunos entrevistados teve por base os seguintes critérios:

- frequência de currículos de cariz funcional e dificuldades persistentes na leitura expressiva/compreensiva e por conseguinte, na escrita;

- domínio de competências elementares ao nível da expressão verbal, essenciais para a realização das entrevistas sobre a utilização da biblioteca escolar do agrupamento que frequentam;

- enquadramento social: seis alunos vivem com as suas famílias, enquanto três alunos residem numa Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS), mas frequentam a escola pública durante o horário letivo.

Procedemos, ainda, à realização de duas entrevistas semiestruturadas, nomeadamente, ao coordenador da biblioteca escolar e ao representante dos professores de Educação Especial do agrupamento. A transcrição e validação de todas as entrevistas foi feita posteriormente e obedecendo a critérios de manutenção da fidelidade e confidencialidade da informação fornecida pelos participantes no estudo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todos os entrevistados, tanto os alunos, como os dois professores, manifestaram interesse em participar nas entrevistas e responder às questões colocadas, o que constituiu um aspeto facilitador para a investigação no trabalho de campo. Durante as entrevistas aos alunos apercebemo-nos de que a maioria dos entrevistados revelava algumas dificuldades de compreensão oral das questões, provavelmente associadas às limitações intelectuais e ao fraco nível da comunicação verbal que justificam a implementação de medidas educativas e a intervenção especializada no âmbito da Educação Especial. Deste modo, procedemos a reforços pontuais nas questões colocadas, em termos orais, sem alterar o seu conteúdo ou intencionalidade, para que os informantes fornecessem os dados pretendidos com maior objetividade.

Perante os dados recolhidos nas entrevistas, entendemos que os alunos:

- Frequentam regularmente a biblioteca durante o ano letivo, por iniciativa própria ou acompanhados por outros colegas;

- Utilizam o espaço da biblioteca escolar onde se encontravam os livros, mas preferem o espaço onde podem aceder aos computadores e aos filmes;

- Solicitam, sempre que necessário, o apoio de funcionários (não docentes), na utilização dos

equipamentos informáticos;

-Respondem que preferem ver filmes ou desenhos animados em detrimento do livro impresso;

-Enunciam os professores como as suas referências primordiais na estimulação da leitura, mas na sala de aula;

-Realizam trabalho de grupo na biblioteca, prática que não nos parece ser regular, pelo tipo e frequência das suas respostas;

-Consideram que a leitura é importante para o seu futuro, seja para tirar a carta de condução ou para arranjar um emprego.

A referência recorrente à utilização dos equipamentos informáticos existentes na biblioteca escolar deveu-se ao facto dos professores de Educação Especial utilizarem computadores na estimulação da leitura nas salas de aula deveu-se ao facto de os alunos estarem familiarizados com estes recursos educativos, através da frequência de um ateliê de informática no espaço da biblioteca. Os alunos consideraram este meio de pesquisa mais motivador para fins académicos ou de lazer, até por sentirem alguma capacidade de utilização. Em geral, os alunos tinham uma opinião positiva sobre a importância da biblioteca, maioritariamente, associada aos recursos que lhes oferecia (livros, computadores, filmes). Não encontramos diferenças significativas nos hábitos de leitura entre os alunos institucionalizados e os que se encontram junto das suas famílias, quer no tempo disponibilizado para a leitura, quer nos suportes, quer através dos meios de acesso à leitura mencionados.

Em relação à entrevista com o professor-bibliotecário este considerou que uma formação profissional adequada às exigências da infoinclusão passava pela gestão e ética da informação, como garante da defesa das necessidades e interesses dos utilizadores, incluindo os grupos minoritários. A biblioteca escolar constituía um espaço de partilha, de estimulação da leitura e de trabalho colaborativo entre os alunos, na procura autónoma da informação. As atividades culturais ou educativas realizadas na biblioteca escolar eram dirigidas a todos os alunos do agrupamento, não sendo feita distinção relativamente aos alunos com diversidade funcional. A colaboração entre os docentes de Educação Especial e o professor-bibliotecário pareceu ser a forma mais adequada para promover a diferenciação pedagógica e responder adequadamente às necessidades destes alunos. No entanto, o entrevistado considerou que os docentes de Educação Especial deviam solicitar à coordenação da biblioteca escolar a realização de atividades específicas de leitura para os alunos com diversidade funcional e participar na sua planificação e dinamização.

Em relação aos dados recolhidos por entrevista ao coordenador da Educação Especial, estes docentes tinham conhecimento das atividades realizadas na biblioteca escolar através do seu coordenador ou diretamente, em resultado da sua frequência e utilização. A razão apontada para justificar a ausência de atividades específicas de leitura para estes alunos na biblioteca escolar, prendia-se, na opinião do coordenador, com a falta de materiais adequados para o desenvolvimento desse objetivo. Na opinião expressa pelo entrevistado, os professores de Educação Especial não utilizavam a biblioteca escolar com o intuito de desenvolver materiais didáticos, instrumentos de registo e atividades específicas vocacionadas para o ensino e avaliação da leitura, pois estas ocorriam normalmente noutros espaços da escola. Por outro lado, as Unidades de Ensino Estruturado a Autistas e de Apoio à Multideficiência e Surdocegueira possuíam verbas e recursos materiais adequados para o ensino da leitura e a escrita. Apesar de existir um bom relacionamento entre o coordenador da Educação Especial e o coordenador da biblioteca escolar, não havia um sentido de colaboração no estabelecimento de formas de estimulação conjunta da leitura nestes alunos. As razões invocadas pelo coordenador da Educação Especial resultavam da falta de uma cultura de colaboração entre os professores dos diversos

níveis de ensino da escola objeto do nosso estudo. Por fim, o coordenador da Educação Especial concentrou o seu discurso nas dificuldades de acompanhamento dos alunos com diversidade funcional e o impacto negativo das políticas de organização da Educação Especial definidas pelo Ministério da Educação.

Partindo da premissa de que a leitura é uma atividade essencial para a construção de uma formação sólida nos alunos, que seja capaz de responder aos desafios de uma sociedade cada vez mais complexa, a denominada sociedade da informação, torna-se premente a realização de estudos neste âmbito, no sentido de aferir a resposta das bibliotecas escolares às populações com ou sem diversidade funcional e serem definidas políticas educativas que contribuam para alcançar um desenvolvimento social, económico e cultural mais igualitário no nosso país.

A interpretação e análise dos dados leva-nos a salientar as seguintes conclusões gerais, que consideramos mais eminentes, para dar resposta à problemática que serve de linha de orientação a este estudo de caso:

-Os alunos com diversidade funcional frequentam e utilizam a biblioteca escolar com o intuito de ocuparem, maioritariamente, o seu tempo livre, não havendo uma resposta conjunta e específica de estimulação da leitura, por parte do docente bibliotecário e dos docentes de Educação Especial junto destes alunos;

-A colaboração pedagógica entre estes profissionais de ensino assume um carácter informal e resume-se a um ateliê de informática dinamizado no espaço da biblioteca escolar, e entendido como parte do desenho curricular dos alunos com Necessidades Educativas Especiais com currículo funcional;

-As razões apontadas pelos diversos intervenientes educativos prendem-se com: a falta de cultura colaborativa entre docentes, a ausência de tecnologias e materiais adaptados para a dinamização da leitura (existentes apenas nas salas de aula) ou pelo entendimento de que as respostas educativas para alunos com diversidade funcional, no âmbito da estimulação da leitura, não devem ser diferenciadas no seio da biblioteca escolar. O professor-bibliotecário refere que uma resposta diferenciada para estes alunos é promover a sua segregação.

Para reforçar os aspetos apresentados, recorremos a estudos semelhantes realizados em Portugal, que corroboram a pertinência desta temática no domínio das Ciências da Educação. Deste modo, na investigação de Ribeiro (2011), foi possível identificar dificuldades por parte das bibliotecas escolares na adaptação de materiais de leitura e a escassez de projetos e iniciativas dirigidos aos alunos com NEE. Já o estudo de Oliveira (2011) permitiu evidenciar os benefícios decorrentes da colaboração entre o professor bibliotecário e os professores de Educação Especial no desenvolvimento cognitivo das crianças com necessidades educativas especiais, através da estimulação de competências de leitura no âmbito da Literacia da Informação. Contudo, o autor concluiu que as representações destes professores sobre a biblioteca escolar não eram operacionalizadas no quotidiano da prática letiva. A questão do papel da biblioteca escolar no contexto da Educação Inclusiva surge no trabalho de Pinheiro (2014), no qual verificou que o professor bibliotecário e os professores de Educação Especial parecem não compreender o valor da cooperação entre ambos, de forma a tornar a leitura mais atrativa para os alunos com NEE. Se, por um lado, o professor bibliotecário não incluiu

os professores de Educação Especial na programação, nas atividades, nos recursos e na missão da biblioteca escolar junto da comunidade educativa; por outro, os professores de Educação Especial também não demonstraram interesse em reverter essa situação de alheamento. Para além da presença estruturada e regular de dispositivos e atitudes de cooperação entre os professores, a mudança passa, também, pela criação de um “acervo especializado que lhe permita (professor bibliotecário) estar mais próximo dos professores de Educação Especial e dos alunos com NEE, que veem a biblioteca escolar essencialmente como um espaço de diversão”(Pinheiro, 2014, p.110).

Também o estudo conduzido pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa demonstrou existir um decréscimo acentuado na posse de livros e hábitos de leitura na população escolar portuguesa. O distanciamento face às bibliotecas escolares é uma das realidades identificadas pelos investigadores, sobretudo em alunos provenientes de famílias de nível social, económico e cultural baixo. Destaca-se a exposição dos alunos a atividades de leitura em contexto de sala de aula como o único fator “contracorrente” neste fenómeno educativo. Portanto, torna-se urgente repensar as políticas públicas para a promoção da leitura nas escolas, nas famílias e nas instituições responsáveis pela divulgação da cultura através do livro e da leitura (Mata; Neves; Lopes & Ávila, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa época em que o tema da literacia assume uma importância fulcral no desenvolvimento das sociedades contemporâneas, a experiência da leitura está interligada, não só no saber fazer implícito nas exigências profissionais a que os indivíduos estão sujeitos, mas na melhoria da sua qualidade de vida, quando pensamos que a leitura pode proporcionar-nos prazer, conforto e estimulação intelectual. A biblioteca escolar é um elemento da organização do estabelecimento escolar. Portanto, pode constituir-se como um polo de renovação pedagógica, de comunicação, de animação cultural, de estimulação do conhecimento e de desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos. A criação ou transformação das bibliotecas escolares em bibliotecas inclusivas será, inequivocamente, um modo de rentabilizar a documentação disponível em proveito da maximização das competências académicas dos alunos com diversidade funcional, com resultados que se tornarão evidentes no desenvolvimento da inclusão laboral dos cidadãos com diferenças ao nível cognitivo, visual, auditivo ou motor. É neste cenário que a diferenciação pedagógica surge como um elemento fundamental no trabalho da biblioteca escolar, no que respeita à promoção de competências de leitura em alunos com diversidade funcional. Como destaca Morgado (2004) sobre a diferenciação pedagógica, este novo paradigma assume-se como um fator que condiciona a necessidade de alteração do modelo tradicional de escola, incluindo a biblioteca, capaz de dar uma educação diversificada e de qualidade aos alunos que a frequentam, respeitando as diferenças a que estão intrinsecamente ligados, tal como preconiza o Decreto-Lei nº54, publicado em 6 de julho de 2018.

A primeira edição das Diretrizes da IFLA/UNESCO (2002, p.17) para as bibliotecas escolares, refere que o professor bibliotecário deverá “(...) ajudar os professores a lidar com situações heterogêneas nas aulas organizando serviços especializados para aqueles que precisam de mais apoio e o para os que precisam de mais estímulo”. Contudo, a problemática da colaboração continua a ser transversal a todo o sistema educativo português, com maior expressividade nas relações entre os docentes, a qual é salientada na Portaria nº192-A/2015, de 29 de junho e identificada no âmbito dos procedimentos de análise de conteúdo dos dados recolhidos no cenário da nossa investigação educativa. Na dinâmica da ação da biblioteca escolar estudada e do seu coordenador, a resposta para a questão essencial da promoção da leitura junto dos alunos com diversidade funcional que a

frequentam, deverá incluir, numa primeira linha, uma parceria pedagógica com os elementos do Sub-Departamento de Educação Especial, os diretores de turma, as famílias e os responsáveis da instituição de solidariedade social, na qual residem vários dos alunos entrevistados. A implementação de iniciativas com vista a tornar a biblioteca escolar mais motivadora para a leitura e não apenas como um espaço para passar tempo, deverá, do nosso ponto de vista, ser considerada no Projeto Educativo, na planificação dos Domínios de Articular Curricular definidos pelos Conselhos de Turma e num âmbito mais alargado, no Plano Anual de Atividades do agrupamento.

É possível estimular a leitura dos alunos com diversidade funcional através da biblioteca escolar, desde que se tenha em conta a forma como estes acedem à mesma. As estratégias a seguir devem ter em consideração, não apenas os níveis de desempenho de leitura destes alunos, mas outros fatores, tais como: os seus centros de interesse, o estilo e ritmo de aquisição de conhecimentos, o recurso às tecnologias de apoio disponíveis, que têm demonstrado serem atrativas e eficazes no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com determinadas limitações de funcionalidade, atividade e participação escolar, bem como o background social, económico e cultural dos mesmos. Silva (2000) considera que as atividades de envolvimento da biblioteca escolar podem: ter um caráter extra-letivo, incluir professores da escola que saibam trabalhar em equipa (que não sejam os professores destes alunos), realizar as atividades em períodos em que os alunos estejam livres, em pequenos grupos e durante tempos previamente delimitados, garantir que os resultados obtidos sejam avaliados e divulgados junto da comunidade escolar.

O professor-bibliotecário é aquele que pode abrir as portas da leitura a alunos com desvantagem intelectual e, frequentemente, social e económica. Mas dar o mesmo a todos no espaço da biblioteca da escola, não é respeitar a individualidade ou responder às necessidades educativas de cada aluno, é antes, promover a infoexclusão, algo que a escola inclusiva tem de erradicar, se quer ser verdadeiramente democrática. Portanto, o professor-bibliotecário assume um papel vital, provavelmente ainda subvalorizado, na preparação e inclusão dos indivíduos no mundo que os rodeia. Mas a biblioteca não se resume apenas às funções de pesquisa documental, empréstimo de livros, ocupação de tempos livres, animação ou difusão de trabalhos. Através de diferentes formas de estimulação de hábitos de leitura, a biblioteca está a desempenhar uma função de promoção da cultura e da inclusão social das

peças com limitações funcionais. A biblioteca escolar inclusiva está a prestar um serviço educativo diferenciado para que os alunos possam aceder ao conhecimento em igualdade de oportunidades, quando melhora as condições relativas à acessibilidade e adaptação das infraestruturas, a disponibilização de recursos especializados, a dinamização de atividades de leitura significativas, o trabalho colaborativo entre docentes é uma prática quotidiana e a criação de contextos ambientais em que os seus utilizadores revelam sentimentos de satisfação e de pertença. O projeto “Todos Juntos Podemos Ler” desenvolvido através da parceria entre a Rede de Bibliotecas Escolares, o Plano Nacional de Leitura e a Direção de Serviços de Educação Especial da Direção-Geral de Educação, surge como uma excelente oportunidade para envolver alunos com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão e que, por razões de ordem física, sensorial, cognitiva, emocional ou sociocultural, revelam grandes dificuldades no acesso e utilização da leitura e da escrita.

Esta investigação permitiu-nos estabelecer um paralelismo externo face a outros estudos no domínio da investigação sobre bibliotecas inclusivas (Pires, 2013; Antunes, 2016; Carvalho, 2017), possibilitando a compreensão da importância das bibliotecas escolares na estimulação da leitura e a apologia do livro junto de alunos com ou sem diversidade funcional. Dada a natureza do nosso estudo de caso, as conclusões apresentadas assumem, na nossa perspetiva, apenas um valor parcelar e provisório, considerando o número de participantes e as constantes mudanças no espaço e tempo das dinâmicas educativas, não podendo, desta forma, generalizá-las ao contexto das restantes bibliotecas escolares do sistema educativo português. Como tal, as interpretações atribuídas aos dados aqui expostos, decorrem do cenário restritivo e das condições empíricas em que se desenvolveu a nossa investigação educativa. A título de recomendação, consideramos que se mantém a pertinência da realização de estudos semelhantes no futuro. No entanto, a sua validade externa e a generalização dos seus resultados, dependeria, entre outros aspetos, de uma maior representatividade da realidade escolar portuguesa, no que respeita ao número de bibliotecas escolares, docentes, famílias e alunos envolvidos. Esperamos que esta humilde contribuição para o estudo da relação entre as bibliotecas escolares e a estimulação da leitura em alunos com diversidade funcional possa vir a ser mais aprofundada, quer seja por docentes de Educação Especial, professores-bibliotecários ou por todos aqueles que se interessam em garantir os direitos humanos dos cidadãos com necessidades especiais.

REFERÊNCIAS

- Almeida, L. (2008). Evolução do sistema de ensino superior após a revolução de Abril de 1974. Expansão e regulação. Reforma no quadro do espaço europeu de ensino superior. (Tese de Doutoramento, Facultad de Educación). Universidad de Extremadura.
- Amado, J. (2017). Manual de Investigação Qualitativa em Educação. Repositório Digital da Universidade de Coimbra. <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0879-2>
- Amor, E. (1993). Didáctica do Português - Fundamentos e Metodologias. (1ªed.). Texto Editora.
- Bardin, L. (2010). Análise de Conteúdo. (4ª ed.). Edições 70.
- Bell, J. (2008). Como realizar um projecto de investigação. (4ª ed.). Gradiva.
- Carvalho, R. (2016). Biblioteca Escolar Inclusiva e Leitura para Todos. (Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta). Repositório Aberto da Universidade Aberta. <http://hdl.handle.net/10400.2/6401>
- César, M. (2003). A Escola Inclusiva enquanto espaço-tempo de diálogo de todos e para todos. In D. Rodrigues (Org.), Perspectivas sobre a inclusão. Da Educação à Sociedade. (1ªed.). Porto Editora, pp.128-131.
- Correia, L. M. (2008). O movimento da inclusão. In L. M. Correia, Inclusão e Necessidades Educativas Especiais. Um guia para educadores e professores. (2ª ed.). Porto Editora, pp.7-29.
- Decreto-Lei nº54/2018, de 6 de julho da Presidência do Conselho de Ministros (2018). Diário da República nº129.1ª Série. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/54/2018/07/06/p/dre/pt/html>
- De Ketele, J. M., & Rogiers, X. (1999). Metodologia da recolha de dados: Fundamentos dos Métodos de Observações, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos. Instituto Piaget.
- Ferreira, M., & Serra, F. (2009). Casos de Estudo: Usar, Escrever e Estudar. (1ª ed.). Lidel-Edições Técnicas, Lda.
- Freixo, M. (2009). Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas. (1ª ed.). Instituto Piaget.
- Goetz, J.P., & Lecompte, M. D. (1988). Etnografía y diseño cualitativo en investigación educativa. (1ªed.). Ed. Morata, S.A.
- Hegenberg, L. (1976). Etapas da Investigação Científica: Observação, Medida, Indução. (1ªed.). Editora Pedagógica e Universitária.
- IFLA/UNESCO (2002). Diretrizes da IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares. <http://www.rbe.mec.pt/np4/346.html#1>
- Laperrière, A. (2003). A observação directa. In B. Gauthier (Dir.). Da problemática à colheita de dados (1ªed.). Lusociência-Edições Técnicas e Científicas, Lda, pp.257-260.
- Mata, J. T., Neves, J. S., Lopes, M. Â., & Ávila, P. (2020). Práticas de Leitura dos Estudantes dos Ensinos Básico e Secundário-Primeiros resultados. (1ªed.). Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Moreira, C. (2007). Teorias e práticas de investigação.(1ª ed.). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Morgado, J. (2004). Qualidade na Educação: Um desafio para os Professores.(1ª ed.). Editorial Presença.

Oliveira, M. E. (2011). O contributo da biblioteca escolar para o desenvolvimento e sucesso educativo das crianças com necessidades especiais. (Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta). Repositório Aberto da Universidade Aberta. <http://hdl.handle.net/10400.2/1762>

Patte, G. (2001). Niños discapacitados para la lectura o bibliotecas discapacitadas? In VIII Jornadas de Bibliotecas Infantiles, Juveniles y Escolares. Leer em plural (pp.83-100).Fundación Germán Sánchez Ruipérez. <https://sid.usal.es/24734/8-11>

Pinheiro, J. (2014). Biblioteca Escolar no Contexto da Escola Inclusiva. (Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta). Repositório Aberto da Universidade Aberta. <http://hdl.handle.net/10400.2/3495>

Pires, H. (2017). O contributo da biblioteca escolar para o reforço da escola inclusiva. Rede de Bibliotecas Escolares. <https://www.rbe.mec.pt/np4/file/1954/bibliotecarbe10.pdf>

Portaria nº192-A/2015, de 29 de junho do Ministério da Educação e Ciência (2015). Diário da República nº124.1ªSérie. <https://data.dre.pt/eli/port/192-a/2015/06/29/p/dre/pt/html>

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). Manual de investigação em Ciências Sociais.(5ª ed.).Gradiva.

Ribeiro, A., & Leite, J. (2002). Contributos para um conceito de Biblioteca Inclusiva. Instituto do Emprego e Formação Profissional. Secretariado Nacional para a Reabilitação e para a Integração das Pessoas com Deficiência. Integrar, 14, 50-76. <https://bad.ptpublicacoes/index.php/congressosbad/article/view/700/699>

Ribeiro, D. (2011). Práticas e hábitos de leitura dos alunos com necessidades educativas especiais e acesso ao livro. (Dissertação de Mestrado, Escola de Psicologia). Repositório da Biblioteca da Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/17862>

Sequeira, F. (2000). Formar leitores: o contributo da biblioteca escolar.(1ª ed.).Instituto de Inovação Educacional.

Silva, L. (2000). Bibliotecas Escolares. Um contributo para a sua Justificação, Organização e Dinamização.(1ª ed.).Livraria Minho.

Sousa, A. (2009). Investigação em Educação.(2ª ed.).Livros Horizonte, Lda.